

# A reabilitação de áreas urbanas fora das zonas centrais das cidades

Ao longo da última década, o edificado do centro histórico e da área central da ‘minha cidade’ – o Porto – tem sido objeto de um intenso processo de reabilitação. Motivado por um vasto conjunto de causas (desde a crise na produção de ‘construção nova’, normalmente em áreas menos centrais e associada a um investimento de maior fôlego, até ao aumento do investimento estrangeiro para aquisição de imóveis nas áreas centrais e ao crescimento e diversificação do turismo) este processo tem vindo a adquirir uma dimensão cada vez mais expressiva.

Apesar de a reabilitação de um edifício do século XIX não ser um processo simples ou linear (a recente reabilitação do edificado do centro histórico do Porto contem muitos bons exemplos de ‘como se deve fazer’ e de ‘como não se deve fazer’), será porventura mais difícil reabilitar uma área urbana construída na segunda metade do século XX. Se é verdade que cada uma destas áreas urbanas a reabilitar na cidade do Porto tem as suas especificidades e características próprias, é também verdade que a qualidade urbana destas áreas, que fomos projetando ao longo da segunda metade do século passado e nos últimos quinze anos, foi progressivamente diminuindo. Muitas delas partilham um conjunto de fragilidades. O ‘nosso’ (iniciativa privada e iniciativa, ou regulação, pública) enfoque excessivo no edifício, enquanto objeto isolado, conduziu a uma desvalorização dos outros elementos da forma urbana. A construção das novas ruas não foi orientada por uma intenção de construir malha, ligando-a com os traçados preexistentes, ou de aumentar a acessibilidade espacial. Muitos dos novos quarteirões, com uma dimensão excessiva (principalmente quando comparados com os quarteirões das áreas mais centrais), dificultam a interação urbana e desincentivam a mobilidade pedonal. O reduzido número de parcelas, ou lotes, em muitos desses quarteirões diminui a diversidade de atores e, portanto, a diversidade de estratégias urbanas. Muitos dos conjuntos edificados – de média ou grande dimensão, sem qualquer relação com a rua ou com os conjuntos edificados pré-existentes – dão um reduzido contributo para a urbanidade da área em que se inserem (ou, onde ‘pousam’).

A questão ‘como reabilitar estas áreas?’ não tem uma resposta simples, mas dela depende a urbanidade destas partes da cidade e a qualidade

de vida das pessoas que nelas residem e trabalham. Naturalmente, o debate terá de incluir a discussão de estratégias e de ações para a densificação e o aumento da acessibilidade espacial e da diversidade de formas e funções.

As cinco ‘perspetivas’ incluídas neste número da Revista de Morfologia Urbana abordam esta passagem de uma ‘reabilitação do edificado’ para uma ‘reabilitação de áreas urbanas’ (ou sub-urbanas), refletindo sobre casos muito diversos do caso Português, não se limitando à realidade Europeia, mas cobrindo também a realidade Africana (incluindo uma cidade islâmica) e da América Latina.

Calix (2016) centra-se na necessidade de reabilitação de um vasto território marcado por um tipo de povoamento difuso e de baixa densidade, o Noroeste Peninsular Português. A autora procura perceber como construir um equilíbrio entre racionalidade e contextualização, tentando compreender todo um conjunto de processos genéricos de crise, bem como o papel do arquiteto face aos outros agentes de transformação urbana. Sustenta, ainda, que a reabilitação do difuso depende de iniciativas heurísticas, interativas, incrementalistas e recorrentes, de ações que servem, ao mesmo tempo, para elaborar e para testar hipóteses.

Viana (2016) reflete sobre a realidade da reabilitação urbana na capital Moçambicana, mais concretamente, em dois distritos que ocupam uma posição periférica face ao centro histórico de estrutura colonial. Ao contrário dos dois casos Portugueses já referidos as necessidades de reabilitação de áreas urbanas em Maputo envolvem uma melhor definição da estrutura de parcelamento, uma reflexão sobre a redução da densidade edificada e, ainda, a dotação de infraestruturas, serviços e equipamentos. No entanto, Maputo partilha com um vasto conjunto de áreas urbanas em Portugal outras necessidades, como a construção de um sistema de ruas mais integrado, com uma maior acessibilidade entre as partes. Ainda no continente Africano, Safe (2016) reflete sobre o contraste marcante entre as formas urbanas tradicionais, de caráter islâmico, da Medina de Rabat e as formas urbanas contemporâneas, de caráter globalizado, que têm vindo a surgir na periferia da capital Marroquina. O desafio maior para o que Safe chama ‘tecidos descontínuos’ –

por oposição aos ‘tecidos contínuos’ da Medina e das partes projetadas durante o Protetorado Francês – será aquilo que Calix (2016) designou como contextualização, recorrendo ao que Conzen (1966) designou como historicidade.

As duas últimas perspetivas centram-se em duas cidades brasileiras que se deparam com desafios claramente distintos, Brasília e Tiradentes. Medeiros (2016) analisa a capital brasileira, não apenas a área do Plano Piloto, mas toda a sua área metropolitana. Face a uma realidade complexa e ‘invulgar’, o autor identifica um desafio fundamental: a conjugação da vontade de preservar um núcleo classificado, mas onde existem ainda muitos ‘vazios’ por preencher, com a necessidade de garantir a qualidade de vida de mais de 3 milhões de habitantes. Teixeira e Salgado (2016) discutem o caso de Tiradentes onde coexistem um centro histórico, em que a paisagem urbana foi ‘congelada’ como um cenário do século XVIII, e um conjunto de expansões urbanas periféricas pouco qualificadas. As autoras retratam o cenário da cidade colonial mineira que se tem transformado num cenário da segregação social, espacial, económica e ambiental, sustentando a necessidade de uma revisão da legislação, de elaboração de planos de ação que reconheçam a forma urbana da cidade, e de desenvolvimento de diretrizes de ocupação e uso do solo e obediência aos aspetos ambientais.

## Referências

- Calix, T. (2016) ‘A reabilitação difusa: da expansão para a reabilitação e da reabilitação da ocupação intensiva para a extensiva de baixa densidade’, *Revista de Morfologia Urbana* 4, 43-7.
- Conzen, M. R. G. (1966) ‘Historical townscapes in Britain: a problem in applied geography’, em House, J. W. (ed.) *Northern geographical essays in honour of G. H. J. Daysh* (Oriel Press, Newcastle upon Tyne) 56-78.
- Medeiros, V. A. S. (2016) ‘Brasília (in) vulgar’, *Revista de Morfologia Urbana* 4, 52-4.
- Safe, S. (2016) ‘Reabilitação (ou intervenção no existente) de áreas fora das zonas centrais (históricas) das cidades. Visão de uma cidade Islâmica no Marrocos’, *Revista de Morfologia Urbana* 4, 50-2.
- Teixeira, M. C. V. e Salgado, M. (2016) ‘A paisagem na expansão urbana das cidades históricas: cenários e legibilidade’, *Revista de Morfologia Urbana* 4, 54-5.
- Viana, D. L. (2016) ‘Maputo: tendências de intervenção em bairros (sub)urbanos’, *Revista de Morfologia Urbana* 4, 47-50.

**Vítor Oliveira**

## Urban Morphology

Foi publicado em Abril o primeiro número do volume 20 da revista *Urban Morphology* ([http://www.urbanform.org/online\\_public/2016\\_1.shtml](http://www.urbanform.org/online_public/2016_1.shtml)). Este número inclui quatro artigos.

No primeiro artigo, Brenda Case Scheer propõe uma aproximação entre diferentes escolas de pensamento, assente num diagrama conceptual epistemológico estruturado em quatro fases (a primeira fase de recolha, as outras três de interpretação): recolha de informação sobre três elementos de forma urbana (forma construída, matriz de fronteira e solo), identificação de padrões, teorias de transformação urbana e, por fim, relação com dimensões não-formais.

Utilizando uma dessas escolas de pensamento, (a Escola Muratoriana), Marco Maretto e Nicola Scardigno analisam a cidade muralhada de Ahmedabad, na Índia, utilizando três escalas diferentes – a cidade como um todo, o bairro e o edifício. Três conceitos chave ganham especial protagonismo na análise deste rico património construído (claramente reconhecível nos

monumentos Indo-Islâmicos e nas estruturas agregativas designadas como *pols*): as ‘polaridades urbanas’, o ‘sistema hierárquico de ruas’ e a ‘vizinhança edificada’.

Enquadrado na série de artigos *The study of urban form in...*, que tem vindo a ser publicada desde o segundo volume da revista em 1998, o texto de Nicola Marzot, Roberto Cavallo e Susanne Komossa analisa o estudo da forma urbana na Holanda. Os autores descrevem um contexto influenciado pelo Movimento Moderno e caracterizado por uma forte especialização disciplinar.

Por fim, Giancarlo Cataldi analisa a longa história urbana de Roma utilizando (como Maretto e Scardigno) as teorias, conceitos e métodos da Escola Muratoriana, colocando em evidência o carácter excepcional e o ‘duplo ciclo de vida’ da cidade. Em particular, o artigo centra-se nas estruturas que garantiram a ‘continuidade na transformação’ durante a transição da cidade da Antiguidade para a Idade Média.